REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO ESTADUAL DE DEFESADOS INTERESSES DIFUSOS — CEG/FEID

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA — 22 de Julho de 2026

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis. às quinze horas, em primeira chamada, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – CEG/FEID, por meio de videoconferência, conforme convocação previamente encaminhada aos conselheiros. **Presença:** Estiveram presentes os conselheiros e participantes Luis Guilherme de Castro (SEJU), Francieli Jacomel (SEJU); Fabricio Lino (SEFA), Anna Beatriz de Brito Angelo (Associação Desportiva e Cultural Paraná Gryphons), Leonarado Henrique (Associação Desportiva e Cultural Paraná Gryphons), Jean Cirilo de Abreu(Grupo Dignidade), Elza Maria Campos (UBM), José Carlos Machado de Brito Filho(Procuradoria-Geral do Estado), Aline Romanel (UTSC), Joicy Kelly **1. Abertura:** A princípio, Joicy Kelly (UTSC), saudou a todos e todas e deu início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos do Paraná — CEG/FEID. **2. Aprovação da pauta:** A pauta previamente encaminhada aos conselheiros foi submetida à apreciação, não havendo pedidos de inclusão ou alteração de temas, sendo aprovada por unanimidade. **3.Aprovação da ata:** Em seguida, passou-se à apreciação da ata da reunião realizada em quatro de fevereiro, previamente encaminhada aos membros do Conselho. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de alteração, a ata foi aprovada pelos presentes. **4. Proposta Orçamentária 2027 (Protocolo nº 26.079.610-0):** A Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) deu início ao primeiro ponto de pauta, referente à proposta orçamentária para o exercício de 2027. Informou que foi recebido o Protocolo nº 26.079.610-0, encaminhado pelo Núcleo Financeiro, por meio do qual é solicitada a manifestação do Conselho acerca das necessidades para a execução orçamentária do Fundo no exercício de 2027. Esclareceu que o Núcleo Financeiro solicitou o levantamento e a indicação das demandas, pretensões, valores estimados e discriminação dos itens que deverão

compor a proposta orçamentária do próximo exercício, a fim de subsidiar a elaboração do planejamento financeiro. A Assistente Administrativa informou, ainda, que procedimento semelhante já havia sido realizado junto ao CONFICON, motivo pelo qual o protocolo estava sendo apresentado ao Plenário para conhecimento e deliberação. Na sequência, submeteu o tema à apreciação do Pleno, solicitando que os(as) Conselheiros(as) deliberassem sobre as demandas e os encaminhamentos a serem propostos, para posterior envio de despacho ao Núcleo Financeiro, contemplando as necessidades identificadas para a execução orçamentária do exercício de 2027.Na sequência, o Conselheiro José Carlos Machado de Brito Filho (Procuradoria-Geral do Estado) tomou a palavra e questionou se já havia um valor estimado para a proposta orçamentária, sugerindo que poderia ser utilizado como referência o montante previsto no edital em andamento. Em resposta, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) informou que, até onde se recordava, o valor atual do Fundo era de aproximadamente R$ 4 milhões, esclarecendo, contudo, que não dispunha, naquele momento, do valor atualizado, uma vez que a demanda havia sido apresentada ao colegiado em curto prazo. Em seguida, o Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) questionou se o edital atualmente em elaboração já não representaria uma aplicação dos recursos mencionados. A Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) esclareceu que o edital em tramitação refere-se ao exercício de 2026, com previsão de desembolso até dezembro daquele ano, enquanto a solicitação do Núcleo Financeiro dizia respeito ao planejamento da execução orçamentária para o exercício de 2027. A Coordenadora da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados, Aline Romanel (UTSC) explicou que o objetivo da consulta era possibilitar ao Conselho apresentar uma previsão das ações que pretende desenvolver em 2027, permitindo ao Núcleo Financeiro estimar os períodos de desembolso e organizar previamente o planejamento orçamentário. Na sequência, o Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) destacou que um planejamento antecipado facilitaria significativamente a execução das ações, considerando as dificuldades enfrentadas no processo do edital vigente. Sugeriu, como encaminhamento inicial, que fosse prevista a realização de um novo edital

financiado pelo Fundo no exercício de 2027, de forma a permitir melhor organização administrativa e financeira. Ressaltou, ainda, que a proposta era apenas uma sugestão inicial, devendo ser apreciada e complementada pelos demais membros do Plenário. Em resposta, Aline Romanel (UTSC) esclareceu que, para fins de planejamento orçamentário, seria importante que o Conselho apresentasse uma estimativa do cronograma de execução das ações, especialmente quanto aos períodos previstos para os desembolsos financeiros. Informou que a elaboração desse cronograma contribuiria para atender à solicitação do Núcleo Financeiro e possibilitaria maior previsibilidade na execução dos recursos. Por fim, o Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) sugeriu, preliminarmente, que eventual lançamento de novo edital pudesse ocorrer em torno do mês de junho de 2027, considerando que esse período proporcionaria tempo hábil para o planejamento e evitaria sobrecarga administrativa à Secretaria. Encerrando as manifestações, Aline Romanel (UTSC) propôs que os(as) Conselheiros(as) realizassem a análise do protocolo e apresentassem sugestões por meio do grupo de WhatsApp do colegiado. Informou que, com as contribuições recebidas, a equipe da UTSC elaboraria uma minuta consolidada para posterior apreciação do Plenário e encaminhamento ao Núcleo Financeiro.Como encaminhamento, ficou deliberado que a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC), em conjunto com Aline Romanel (UTSC), elaborará uma minuta contendo a proposta de planejamento das ações e da previsão de execução orçamentária para o exercício de 2027. Após sua elaboração, o documento será encaminhado por e-mail aos(às) Conselheiros(as) para análise e manifestação, visando à aprovação do Plenário antes de seu envio ao Núcleo Financeiro**.5.DREM – Recolhimento Legal (Protocolo nº 26.068.189-3):** Na sequência, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) deu prosseguimento à reunião, passando ao próximo ponto de pauta, referente ao recolhimento da Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios (DREM).

A Assistente Administrativa relembrou que o tema já havia sido apresentado em reuniões anteriores, ocasião em que o Plenário tomou ciência do recolhimento referente ao período de junho de 2025 a abril de 2026, informação que foi registrada

em ata e posteriormente encaminhada ao Núcleo Financeiro. Na oportunidade, informou que o valor total recolhido no referido período foi de R$ 900.832,04 (novecentos mil, oitocentos e trinta e dois reais e quatro centavos), apresentando aos(às) Conselheiros(as) a ordem bancária de transferência que comprova a realização do recolhimento, documento que acompanha o procedimento adotado pelo Núcleo Financeiro. Esclareceu que o assunto era apresentado apenas para conhecimento do Plenário, não havendo necessidade de deliberação ou aprovação específica. Durante a apresentação, a Conselheira Elza solicitou que o documento fosse posteriormente encaminhado aos membros do Conselho, considerando que sua visualização durante a reunião estava prejudicada em razão do tamanho da projeção. Em resposta, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) informou que encaminharia o documento aos(às) Conselheiros(as) por meio eletrônico.**6.Edital 001/2026:** Na sequência, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) passou ao ponto de pauta referente ao Edital nº 001/2026. Informou que o protocolo contendo o parecer e os apontamentos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) havia sido previamente encaminhado aos(às) Conselheiros(as) e esclareceu que, após análise técnica da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC), foram realizadas as adequações de natureza administrativa e procedimental. Ressaltou que os apontamentos que demandavam deliberação do Plenário seriam apresentados para apreciação. Inicialmente, informou que todos os apontamentos formulados pela PGE foram inseridos como comentários no texto do edital, com o objetivo de facilitar a análise pelos(as) Conselheiros(as). Em seguida, apresentou os principais questionamentos formulados pelo órgão jurídico. O primeiro apontamento tratou da necessidade de inclusão, no objeto do edital, de previsão expressa de que as propostas deverão observar medidas de acessibilidade, em conformidade com o art. 24, § 1º, inciso X, da legislação federal aplicável aos chamamentos públicos, bem como com o art. 25 do Decreto Estadual nº 3.503/2016. A equipe técnica da UTSC manifestou entendimento favorável à inclusão do dispositivo, conforme sugerido pela Procuradoria-Geral do Estado. Na sequência, esclareceu que a informação referente à dotação orçamentária ainda não constava do edital, uma vez que, visando conferir

maior celeridade ao processo, o documento foi encaminhado previamente à análise da PGE. Informou que os dados relativos à dotação orçamentária seriam posteriormente fornecidos pelo Núcleo Financeiro e inseridos na versão final do edital. Prosseguindo, apresentou a proposta de atualização do cronograma do Edital, esclarecendo que o cronograma originalmente previsto tornou-se incompatível em razão do período necessário para a análise jurídica realizada pela Procuradoria-Geral do Estado. Informou, ainda, que o novo cronograma seria encaminhado aos(às) Conselheiros(as) para conhecimento e apreciação. A Coordenadora da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados, Aline Romanel (UTSC) esclareceu que o prazo inicial do cronograma observa a exigência legal de, no mínimo, trinta dias, enquanto os demais prazos foram estruturados conforme orientação da Procuradoria-Geral do Estado, permitindo, em alguns casos, prazos mínimos de cinco dias ou mesmo sem previsão legal específica. Ressaltou que a proposta foi elaborada com o objetivo de possibilitar a conclusão do processo e a realização do desembolso financeiro ainda no exercício de 2026. Destacou que eventual ampliação dos prazos implicaria, muito provavelmente, na transferência da execução financeira para o exercício de 2027. Em seguida, o Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) manifestou-se favoravelmente à manutenção do cronograma proposto, entendendo que os prazos já se encontravam reduzidos e que sua ampliação comprometeria a conclusão do edital ainda no exercício vigente. Na mesma linha, a Conselheira Anna Beatriz de Brito Angelo (Associação Desportiva e Cultural Paraná Gryphons) observou que eventual atraso na conclusão do edital de 2026 impactaria diretamente o planejamento do edital previsto para o exercício de 2027, razão pela qual também se posicionou pela manutenção do cronograma apresentado. Complementando os esclarecimentos, Aline Romanel (UTSC) informou que o período destinado à avaliação das propostas foi fixado em dois dias, considerando a experiência de edital anterior, no qual o Conselho conseguiu concluir toda a análise em apenas um dia. Assim, entendeu que o prazo de dois dias seria suficiente para assegurar a avaliação das propostas sem comprometer a celeridade do processo. Ao final das discussões, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC)

submeteu a proposta de cronograma à apreciação do Plenário. Não havendo manifestações contrárias, o cronograma foi aprovado por unanimidade pelos(as) Conselheiros(as) presentes.Na sequência, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) deu prosseguimento à análise do Edital nº 001/2026, abordando o item referente à atuação em rede prevista no termo de fomento. Informou que, assim como no item anterior, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) solicitou a inclusão das disposições relativas à acessibilidade e, especificamente quanto à atuação em rede, requereu que o Conselho apresentasse justificativa para a opção de não permitir essa modalidade de execução. A Coordenadora da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados, Aline Romanel (UTSC) esclareceu que a legislação permite a atuação em rede, razão pela qual a PGE solicitou que o Conselho justificasse tecnicamente a eventual vedação dessa possibilidade no edital. Informou que a questão foi submetida ao Plenário para construção conjunta da justificativa. O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) questionou se a redação adotada não havia sido reproduzida do edital do Fundo do Consumidor. Em resposta, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) esclareceu que a minuta encaminhada pela PGE apresenta dois modelos: um prevendo a vedação da atuação em rede e outro permitindo essa modalidade, desde que observados determinados requisitos. Ressaltou que eventual alteração estrutural da minuta poderia demandar novo encaminhamento do edital à Procuradoria-Geral do Estado para análise jurídica. Na sequência, Aline Romanel (UTSC) reforçou que, caso o Conselho optasse por manter a vedação da atuação em rede, seria indispensável apresentar justificativa técnica, especialmente em razão da previsão legal que autoriza essa forma de execução, a fim de resguardar o edital de eventuais questionamentos. O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) ponderou que a justificativa não seria simples, considerando que a vedação não decorreu de proposta do próprio Conselho e que a legislação admite a atuação em rede. Como hipótese, sugeriu que a limitação pudesse ser fundamentada no reduzido valor dos projetos contemplados pelo edital. Alternativamente, manifestou preferência pela adoção da minuta da PGE que permite a atuação em rede, observados os requisitos

nela estabelecidos. Em seguida, Aline Romanel (UTSC) informou que verificaria a questão junto à Assessoria Técnica, a fim de confirmar se seria possível adotar a redação sugerida pela PGE sem necessidade de nova análise jurídica. Caso isso não fosse possível, seria necessário construir uma justificativa para manutenção da vedação. Acrescentou, ainda, que uma das preocupações seria evitar a concentração dos recursos em organizações pertencentes à mesma rede, em prejuízo da ampla participação de outras entidades. O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) concordou com a preocupação apresentada e observou que eventuais conflitos de interesse poderiam ser avaliados durante a análise dos projetos. Contudo, reconheceu a necessidade de estabelecer critérios objetivos no edital. Na sequência, a Conselheira Elza manifestou entendimento de que o edital deveria conter critérios mais específicos para evitar que diversas entidades pertencentes à mesma organização ou rede apresentassem múltiplos projetos, o que poderia restringir a participação de instituições menores ou com menor visibilidade. Ressaltou a importância de que tais critérios fossem expressamente previstos no edital, evitando avaliações subjetivas. Em complemento, o Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) sugeriu que, caso fosse admitida a atuação em rede, o edital estabelecesse a limitação de um único projeto por rede, medida que contribuiria para evitar a concentração de recursos e garantir maior equidade entre as entidades participantes. Destacou que a experiência adquirida em outros editais demonstrava a necessidade de disciplinar essa situação de forma expressa. Como encaminhamento, Aline Romanel (UTSC) informou que a proposta de redação se tem que ser enviada por e-mail para apreciação. Após o recebimento das contribuições, o texto seria incorporado à minuta do edital para prosseguimento da tramitação.Na sequência, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) prosseguiu com a apresentação dos apontamentos formulados pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) em relação ao Edital nº 001/2026. Informou que a PGE recomendou a retirada da composição nominal da Comissão de Seleção do texto do edital, esclarecendo que a designação dos membros poderia ocorrer por meio de Deliberação do Conselho, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado,

fazendo constar no edital apenas a referência ao ato normativo correspondente. Destacou que essa medida conferiria maior flexibilidade para eventuais substituições de membros, sem necessidade de alteração do edital. Não havendo manifestações contrárias, o Plenário concordou com a adequação proposta. Na sequência, apresentou os demais ajustes sugeridos pela PGE, dentre os quais a inclusão, nos critérios de julgamento, da verificação da conformidade legal da proposta como requisito eliminatório, bem como a previsão expressa de que o valor máximo por projeto seria de R$ 150.000,00, no critério referente à viabilidade financeira e aos custos. Também foi apresentada a proposta de alteração dos critérios de desempate entre propostas classificadas. A equipe técnica da UTSC propôs que o desempate ocorresse, inicialmente, pela maior pontuação obtida no critério "C", persistindo o empate, sucessivamente, pelos critérios "F", "A" e "J", permanecendo, somente em último caso, o critério de maior tempo de constituição da entidade. O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) manifestou-se favoravelmente à nova redação, destacando que a proposta tornava os critérios mais objetivos e equitativos, evitando que entidades mais antigas tivessem prioridade automática em situações de empate. Não havendo manifestações em sentido contrário, a proposta de alteração foi aprovada pelo Plenário. Em seguida, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) apresentou os apontamentos da PGE referentes ao modelo do Plano de Trabalho, informando que alguns campos deveriam ser previamente estruturados pelo Conselho para orientar de forma mais clara o preenchimento pelas organizações da sociedade civil. A Coordenadora Aline Romanel (UTSC) esclareceu que a Procuradoria-Geral do Estado recomendou maior detalhamento da seção referente à descrição da realidade, de modo a estabelecer um nexo entre o diagnóstico apresentado e as atividades ou projetos propostos pelas entidades. Em atendimento à recomendação, a UTSC elaborou uma proposta de texto orientativo para apreciação do Plenário. Após a leitura da proposta, o Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) considerou o conteúdo adequado, sugerindo apenas que a redação fosse organizada em tópicos, permitindo que as organizações da sociedade civil respondessem cada item de forma objetiva e facilitando tanto o

preenchimento quanto a futura avaliação dos projetos. A Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) acolheu a sugestão, propondo reorganizar o texto em tópicos alinhados aos objetos do edital, o que foi aceito pelo Plenário. Na sequência, foram apresentados os ajustes relativos ao item Metas e Atividades, cuja proposta de redação estabelecia que as organizações da sociedade civil deveriam descrever metas quantitativas e qualitativas, atividades previstas, compatibilidade com os objetivos do edital e resultados de interesse público esperados. O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) sugeriu que fossem incluídos parâmetros objetivos de avaliação, como a indicação do número estimado de beneficiários, permitindo maior clareza na aferição dos resultados. Em complemento, Aline Romanel (UTSC) apresentou proposta de estruturação das metas em tópicos, contemplando os objetivos do edital, tais como a preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico, arqueológico, turístico e paisagístico; a promoção da educação para a cidadania, direitos humanos, educação patrimonial e educação ambiental; o apoio a ações de prevenção de danos aos interesses difusos e coletivos; a promoção dos direitos de populações em situação de vulnerabilidade; o fortalecimento da participação das organizações da sociedade civil; e a ampliação das políticas públicas relacionadas aos interesses difusos e coletivos. Também apresentou exemplos de atividades compatíveis com o edital, como cursos, oficinas, seminários, campanhas educativas, pesquisas, publicações, capacitações e demais ações relacionadas ao objeto da parceria. O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) reiterou que a organização em tópicos tornaria o instrumento mais didático e evitaria descrições genéricas pelas entidades proponentes, facilitando a análise técnica das propostas. Não havendo manifestações contrárias, o Plenário aprovou a proposta, com a recomendação de que os textos fossem organizados em tópicos.Prosseguindo, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) apresentou a proposta de adequação do item referente à aferição do cumprimento das metas, estruturando-o em tópicos que contemplam metas quantitativas e qualitativas, indicadores de resultado, unidades de medida, meios de comprovação, prazos de execução e critérios de monitoramento e avaliação, em

conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Estadual nº 3.503/2016 e as disposições do edital. A proposta foi acolhida pelos(as) Conselheiros(as). Também foi apresentada nova redação para o item relativo à compatibilidade dos custos, estabelecendo que as organizações da sociedade civil deverão demonstrar que os valores previstos para execução da parceria são compatíveis com os preços praticados no mercado, mediante apresentação, quando cabível, de cotações, pesquisas de preços ou outros documentos idôneos, podendo a Administração Pública solicitar esclarecimentos ou complementações durante a análise do Plano de Trabalho. A proposta foi aprovada pelo Plenário.Ao tratar da duração da parceria, foi levantada dúvida quanto ao prazo de execução constante no edital, se de 12 ou 24 meses. Diante da necessidade de confirmação da informação, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) informou que verificaria o dispositivo correspondente e posteriormente encaminharia o esclarecimento aos(às) Conselheiros(as).Encerrada a apresentação dos apontamentos da PGE, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) questionou se havia outras dúvidas e propôs o encaminhamento da versão revisada do edital por e-mail aos(às) Conselheiros(as), para manifestação e aprovação antes da continuidade da tramitação.Na sequência, a Conselheira Francieli Jacomel (SEJU) questionou se o período de inscrições das organizações da sociedade civil teria início em 24 de agosto de 2026, observando que a Coordenação de Direitos Humanos estava organizando um evento voltado à sociedade civil para esclarecimentos sobre direitos difusos e sobre a elaboração de projetos para o edital. Ressaltou que o evento estava inicialmente previsto para outubro, mas que seria mais adequado realizá-lo antes da abertura das inscrições.O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) consultou o Conselheiro José Carlos Machado de Brito Filho (Procuradoria-Geral do Estado) sobre a possibilidade de antecipação do evento. O Conselheiro informou que possuía disponibilidade para adequar sua agenda, tanto em setembro quanto em outubro, conforme a data definida pela organização.Diante disso, o Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) manifestou-se favoravelmente à manutenção do cronograma do edital, sugerindo apenas a

antecipação do evento de capacitação. A Conselheira Francieli Jacomel (SEJU) informou que a equipe organizadora promoveria os ajustes necessários para realizar o evento antes da abertura das inscrições.Na sequência, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) informou que encaminharia a versão atualizada do edital por e-mail aos(às) Conselheiros(as), para análise e aprovação. A Coordenadora Aline Romanel (UTSC) acrescentou que ainda seriam incorporadas as contribuições relativas à justificativa sobre a atuação em rede, propostas pelos Conselheiros Jean Cirilo de Abreu e Elza, antes do envio da versão final.O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) solicitou que o documento fosse compartilhado em ambiente colaborativo, permitindo que os(as) Conselheiros(as) realizassem sugestões diretamente no arquivo. A proposta foi acolhida pela Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC).Passando aos informes, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) comunicou a alteração na coordenação da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados, informando que Aline Romanel assumiu a Coordenação da UTSC. Em seguida, a nova Coordenadora apresentou-se ao Plenário, colocando-se à disposição para prestar apoio técnico e administrativo às atividades do Conselho.Na sequência, a Conselheira Francieli Jacomel (SEJU) apresentou informações adicionais sobre o evento destinado à sociedade civil, esclarecendo que a iniciativa tem como objetivo ampliar o conhecimento acerca dos direitos difusos e orientar as organizações sobre a elaboração de projetos para participação no edital. Informou que o evento será realizado no Auditório Mário Lobo, com divulgação e convites a serem oportunamente encaminhados.O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) deu boas-vindas à nova Coordenadora da UTSC e sugeriu ampla divulgação do evento, com participação ativa das organizações da sociedade civil, destacando sua importância para fortalecer o conhecimento sobre o Fundo e sobre o funcionamento do Conselho.A Conselheira Anna Beatriz de Brito Angelo (Associação Desportiva e Cultural Paraná Gryphons) parabenizou a equipe técnica pela estruturação do edital, destacando que os critérios adotados funcionam como importante instrumento de orientação às organizações da sociedade civil,

contribuindo para o aprimoramento da elaboração de projetos e para maior qualidade técnica das propostas apresentadas.A Coordenadora Aline Romanel (UTSC) ressaltou que a principal preocupação da equipe técnica foi reduzir subjetividades e conferir maior segurança jurídica ao processo de seleção, minimizando a possibilidade de recursos e questionamentos futuros.O Conselheiro Jean Cirilo de Abreu (Grupo Dignidade) também parabenizou a UTSC pelo trabalho desenvolvido, destacando que se trata do primeiro edital do Fundo elaborado com elevado grau de detalhamento e segurança jurídica, observando que, em comparação com editais de outros estados, o documento apresenta critérios mais claros e objetivos.Não havendo outros informes, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) reforçou que a versão atualizada do edital seria encaminhada por e-mail para aprovação dos(as) Conselheiros(as). Em seguida, informou que a reunião ordinária prevista para 05 de agosto de 2026, conforme calendário aprovado pelo Conselho, ficaria adiada, propondo que a próxima reunião fosse convocada após a conclusão da análise e aprovação do edital. Não havendo objeções, a proposta foi acolhida pelo Plenário.Nada mais havendo a tratar, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos(as).
7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Assistente Administrativa Joicy Kelly (UTSC) declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos(as).Esta ata foi lavrada por Jesus Alberto Leon